

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES – CONCIDADES

REALIZADA NOS DIAS 07 a 09/12/2011.

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e onze, às nove horas e quarenta minutos, no Auditório do Ministério das Cidades, na cidade de Brasília, Distrito Federal, teve início a Trigésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho das Cidades - ConCidades, com a pauta: **1. Abertura. 2. Tema de Conjuntura. Painel I - Relação do Governo e Sociedade Civil na Implementação das Políticas Públicas: Desafios no Campo do Controle Social com Gestão Democrática. Painel II – Megaeventos, impactos sociais e conflitos fundiários urbanos. 3. Reuniões dos Segmentos. 4. Reuniões dos Comitês Técnicos. 5. Reunião da Comissão de Sistematização das Resoluções. 6. Relatos dos Comitês. 7. Deliberação das Resoluções.** Estiveram presentes 112 conselheiros, sendo 57 titulares, 49 suplentes e 6 observadores. Os titulares foram representados por 05 conselheiros do Poder Público Federal, 3 conselheiros do Poder Público Estadual, 10 conselheiros do Poder Público Municipal, 21 conselheiros das Entidades de Movimento Popular, 6 conselheiros das Entidades Empresariais, 5 conselheiros das Entidades de Trabalhadores, 5 conselheiros das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e 2 conselheiros das Organizações não Governamentais. : **1. Abertura.** A Secretária-Executiva do Concidades, Marta Morosini, cumprimentou os presentes, anunciou que o Secretário Nacional de Programas Urbanos, Norman Oliveira, seria o representante do Ministro das Cidades, Mário Negromonte e solicitou a formação da Comissão de Coordenação para acompanhar os trabalhos. **2. Tema de Conjuntura. Painel I - Relação do Governo e Sociedade Civil na Implementação das Políticas Públicas: Desafios no Campo do Controle Social com Gestão Democrática. Painel II – Megaeventos, impactos sociais e conflitos fundiários urbanos.** O Secretário Norman Oliveira iniciou os trabalhos e passou a palavra para Laís de Figueirêdo Lopes, Assessora da Secretaria-Geral da Presidência da República. A Assessora explicou que a Secretaria é responsável por coordenar a constituição de um novo marco regulatório das organizações da sociedade civil, previsto no Decreto 7.568/2011. O trabalho neste arcabouço já está em desenvolvimento com a oitiva das questões e demandas de organizações e movimentos sociais, bem como de gestores públicos, sobre as necessidades de melhoria. Em seguida, a Assessora abordou o Decreto 7592/2011, que suspendeu os convênios com as entidades sem fins lucrativos para avaliar sua regularidade. Afirmou que foi uma medida voltada mais para o próprio Governo do que para atingir as organizações da sociedade civil. A ideia foi fazer um chamado à responsabilidade para as relações travadas com as organizações da sociedade civil. No momento, muitos ministérios já estão começando a liberar os pagamentos das relações que se encontram regulares. Finalizou informando que o Grupo de Trabalho do Marco Regulatório tem, ainda, desafios para a sua composição e orientação, mas vai ampliar para outros grupos que queiram colaborar. Por enquanto, a comunicação é feita por meio do email marcoregulatorioosc@presidencia.gov.br, além de a Secretaria estar aberta para receber todas as questões que forem colocadas. Reafirmou o compromisso do Ministro Gilberto Carvalho de diálogo com os movimentos, organizações e todos os setores do Governo.

O Secretário Norman Oliveira informou que Ministro das Cidades já havia autorizado a liberação de recursos dos contratos com entidades que estavam regulares junto à Caixa Econômica Federal. A conselheira Mércia Alves reparou que o Conselho não pedia uma prestação de contas do Governo sobre liberação de recursos, mas sim qual era a referência na relação entre o Governo e a sociedade civil no campo da gestão democrática, além de explicitar os canais de ação democrática. O Decreto é um detalhe do processo de criminalização que as entidades vêm enfrentando. O debate deveria mostrar a referência de um novo marco regulatório com as entidades da sociedade civil, incluindo o Conselho das Cidades. O Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, Luiz Carlos Bueno pediu aparte para apresentar seu substituto, Idivar Pazzinato, Diretor do Departamento de Cidadania e Inclusão Social. O conselheiro Whelton Pimentel estranhou as ausências à Mesa, especialmente a do Secretário-Executivo Roberto Muniz, que comprometiam o debate com o Conselho, num momento crucial. Assinalou que a obrigatoriedade de chamada pública para entidades da sociedade civil é praticada desde muito antes do Decreto, inclusive com os demais entes da Federação. Manifestou que o assunto causa prejuízo e desequilíbrio financeiro às entidades, que são desrespeitadas pela mídia e pelos governos. O conselheiro Wellington Oliveira, representando os Movimentos Populares, concordou com os conselheiros que o antecederam e declarou que não se sentia à vontade para debater naquelas circunstâncias. O conselheiro Miguel Lobato relatou que as quatro entidades nacionais, em conversa com o Secretário-Executivo, haviam fechado uma discussão sobre a maneira como a mídia está pautando o Governo, que não se trata de discutir apenas o Decreto. Observou que o Governo estava se furtando ao debate, e que portanto, propunha a suspensão da Reunião, até que o Presidente do Conselho se apresentasse para o debate. O Secretário Norman Oliveira suspendeu a reunião. A Secretária Marta Morosini explicou que o Secretário-Executivo havia entendido que o Painel I seria dedicado à apresentação propostas especificamente dos representantes da Presidência, no caso, a Assessora Laís de Figueirêdo Lopes. Vários conselheiros replicaram afirmando que tentavam travar um debate político da relação entre Governo e sociedade civil no campo da gestão democrática com uma figura que ocupasse um cargo de expressão política, como o Secretário-Executivo. Afirmaram que a ausência do Ministro desrespeitava o consenso ajustado na 30ª Reunião. A conselheira Bartíria Lima relatou que na reunião da Coordenação Executiva do Conselho, a Secretária Marta Morosini havia informado que o Ministro não poderia estar presente; então, a Coordenação Executiva solicitou que o Secretário-Executivo viesse, para dialogar sobre a relação entre o Ministério e o Conselho, e também sobre a criminalização das ONGs. Após as intervenções dos conselheiros, a Secretária Marta Morosini colocou em votação se haveria ou não a interrupção da Reunião, conforme havia proposto o conselheiro Miguel Lobato, e apenas retomando a reunião com a presença ou do Presidente do Conselho ou do Secretário-Executivo. A conselheira Marli Carrara solicitou que fosse informado ao Secretário-Executivo que sua ausência à tarde poderia criar um grande desgaste que não poderia ser atribuído aos Conselheiros, que se deslocaram de vários estados para prestigiar a Reunião. A votação foi realizada e o Plenário deliberou suspender os trabalhos. Retomada a Reunião, pela tarde, o Secretário-Executivo apresentou duas propostas: ou seguir ou inverter a pauta. A primeira proposta foi aprovada, ou seja, a retomada da discussão relativa ao Painel I, tendo em vista que a apresentação da representante da Secretaria-Geral não refletiu o que estava agendado para o tema. Após isto, o conselheiro Nelson Saule encaminhou um recurso à votação, propondo passar à discussão dos megaeventos, e que a discussão sobre a relação entre sociedade civil, Concidades e Ministério das Cidades fosse feita na Secretaria-Geral

como havia sido encaminhado antes de começar a reunião. O recurso para reabrir uma nova votação sobre o tema foi aprovado com seis votos contrários. Em seguida, passou-se às duas propostas: primeira, ajuste de pauta, levando o debate que foi suspenso pela manhã para o dia seguinte; a segunda seria fazer o debate do Painel II naquele momento. Foi aprovada a segunda proposta, com cinco votos contrários. A conselheira Bartíria Lima solicitou registrar que a insistência para garantir ou o Ministro ou o Secretário-Executivo na mesa decorria de um compromisso estabelecido com ambos, na última Reunião, os conselheiros não pretendiam desmerecer as pessoas que estavam na mesa. **2. Tema de Conjuntura. Painel II – Megaeventos, impactos sociais e conflitos fundiários urbanos.** O Secretário Roberto Muniz convidou o conselheiro Orlando Junior, Benedito Barbosa, membro da Central dos Movimentos Populares, Maria Fernandes Caldas, Diretora do Programa de Infraestrutura Social e Urbana do PAC, Bruno Teixeira, Ouvidor Nacional dos Direitos Humanos, Inês Magalhães, Secretária Nacional de Habitação, Wlamir Martines, Assessor da Secretaria Nacional de Articulação Social e José Roberto Gneco, Assessor Técnico da Secretaria Nacional de Esportes de Alto Rendimento do Ministério dos Esportes para compor a mesa. Para iniciar a exposição passou a palavra para o Assessor José Roberto Gneco, que explicou que os Jogos funcionam como catalisadores de intervenções, que em outras circunstâncias levariam até vinte anos para serem realizadas. Explicou que a expectativa é de que haja um impacto positivo de 51 bilhões de dólares na economia brasileira. Considerou que a Portaria dos Deslocamentos Involuntários cria uma cláusula de responsabilidade social que poderia se transformar numa marca da Copa. Em seguida, o conselheiro Orlando Junior fez sua palestra, explicitando o objetivo de levantar temas e questões visando à constituição de uma agenda de trabalho para o Concidades. Relacionou as principais questões, que foram extraídas a partir de pesquisa e da participação na Missão da Relatoria do Direito à Cidade. A primeira é que o Projeto Copa gera intervenções com grande impacto sobre a dinâmica urbana de todas as cidades-sedes. A segunda questão é a do legado social associado aos investimentos em equipamentos urbanos, com parte desses investimentos destinados às classes populares. Mas pode haver o aprofundamento do padrão de urbanização excludente, com diversos indícios de especulação imobiliária nas áreas que estão sendo objeto de intervenção por parte do poder público. A terceira questão é que está ocorrendo uma nova rodada de mercantilização e elitização das cidades, onde certas áreas passam a se constituir em mercadorias destinadas às classes médias e altas. Em quase todas as cidades estão ocorrendo remoções, que representam a transferência de ativos sob a posse de grupos populares, para outros agentes econômicos, que vão comprar e se apropriar desses ativos. A quarta questão diz respeito à incapacidade do Estado em se pautar por critérios universalistas centrados no objetivo da inclusão social, e a crescente adoção de um padrão de intervenção centrado na exceção, subordinando as políticas aos interesses dos grandes grupos econômicos. Diante do exposto, o Conselheiro apresentou ao Conselho uma proposta de agenda. O primeiro ponto, a criação de uma instância no âmbito do Governo Federal para monitoramento das intervenções vinculadas à Copa do Mundo, com a participação efetiva do Conselho das Cidades. O segundo, a criação de critérios para liberação de recursos federais associados à obediência ao Estatuto da Cidade e ao direito à moradia, e em especial a necessidade dos projetos serem discutidos com as comunidades envolvidas e a sociedade como um todo. Terceiro, o monitoramento pelo Concidades, da aplicação pelas cidades-sedes dos instrumentos de captura de valorização fundiária previstos no Estatuto da Cidade e nos Planos Diretores. Quarto, a proposição de critérios para aprovação de projetos de mobilidade urbana, que serão aplicados a uma análise, que deverá ser realizada pelo Comitê Técnico de Mobilidade e

colaboradores, dos projetos vinculados à mobilidade urbana nessas cidades-sedes. Por fim, a análise dos impactos gerados pelas intervenções já realizadas e medidas de reparação da violação do direito à moradia. A seguir, a palavra foi passada para Benedito Barbosa, da Central dos Movimentos Populares, que descreveu o processo de resistência dos Movimentos Populares diante dos “mega-projetos”, que trazem grandes impactos para as comunidades. Denunciou que os comitês locais organizadores dos jogos são inacessíveis às comunidades atingidas, já que não há interesse na participação da população local e muito menos discussão sobre obras e intervenções. A outra face desta falta de transparência são milhares de famílias que vão sofrer deslocamento ou remoção, num processo associado ao mercado imobiliário, porque as intervenções trazem valorização imediata. Relatou que os movimentos vêm fazendo denúncias sobre as violações, diante das quais, o Ministério das Cidades comprometeu-se para que as preocupações fossem levadas à Comissão Executiva. Durante a manifestação do Fórum Nacional da Reforma Urbana, houve um compromisso de se estabelecer um decreto de salvaguarda às comunidades ameaçadas. Sugeriu, finalmente que o Concidades verifique porque os recursos do Executivo são usados para violações ao direito à cidade. A seguir, o Secretário Roberto Muniz convidou o Ouvidor Nacional de Direitos Humanos, Bruno Teixeira para sua fala. Relatou que a Secretaria de Direitos Humanos vem acompanhando o processo de realização dos megaeventos no sentido de garantir que os direitos humanos sejam respeitados e garantidos, e que os processos de remoção sejam realizados de acordo com os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Diante das denúncias, foi constituído um grupo de trabalho no âmbito do Conselho de Defesa do Direito da Pessoa Humana com o objetivo de receber denúncias e prevenir remoções forçadas, para o qual o Concidades foi convidado a participar indicando representantes por meio de correspondência ao gabinete da Ministra Maria do Rosário. Também foi apresentado um calendário de audiências públicas nas doze cidades-sedes. Maria Caldas, Diretora de Infraestrutura Social e Urbana do PAC, do Ministério do Planejamento, enfatizou que o principal efeito dos megaeventos vai ser o legado, capaz de fazer uma transformação na estrutura urbana das cidades. O Secretário Roberto Muniz solicitou à Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães, expor a última versão da Portaria de Deslocamentos Involuntários (Ver nos anexos da Ata). A Secretária explanou sobre a proposta para a Portaria, que regula os processos de reassentamentos. Por enquanto ela se circunscreve às ações no âmbito do Ministério das Cidades, equalizando os procedimentos relacionados aos projetos por ele financiados. A ideia, entretanto, é que as normas sirvam de insumo para um decreto que venha a abranger os procedimentos para as obras do Governo Federal, e que futuramente se transforme em lei, incluindo, então, estados e municípios. Estabelece-se que, da mesma forma que há um projeto de engenharia, haverá um plano de reassentamento e medidas compensatórias que assegurem solução adequada para os deslocamentos e compensação pelas perdas ocasionadas pela intervenção. O não cumprimento das normas vai suspender o desembolso, mas por princípio, sempre que possível serão evitados deslocamentos. O próximo passo a ser dado é a aprovação no âmbito do Ministério e depois, um processo de capacitação dos municípios e estados. Finalizada a fala da Secretária, o Secretário Roberto Muniz passou a palavra para Wlamir Martines. O Assessor formulou o objetivo de apresentar as ações da Secretaria-Geral da Presidência da República focadas nos impactos negativos dos megaeventos. Descreveu a estrutura da Secretaria-Geral voltada para a interação com os movimentos sociais e que por esta orientação recebe várias denúncias. Por causa delas, foi montada uma sala de situação, no âmbito do Fórum de Direitos e Cidadania. Relatou que a Secretaria-Geral tem realizado visitas em todos os estados, acompanhado alguns problemas e também abriu

um processo de diálogo nas prefeituras, a fim de apresentar as preocupações da Presidência. Terminada a última palestra do Painel, o Secretário Roberto Muniz abriu o debate. Houve algumas críticas ao conceito de megaeventos lembrando que muitos países sofreram graves efeitos deletérios em consequência das Olimpíadas e Copa do Mundo. Vários conselheiros confirmaram as denúncias dos despejos arbitrários tanto das residências como das instalações de atividades econômicas da população pobre, por interesse da especulação imobiliária, ou seja, feitas as obras, os terrenos não voltam para a população pobre. O conselheiro Manoel Wanderley relatou que participou da Missão ao Rio de Janeiro e constatou várias arbitrariedades cometidas pela Prefeitura do Rio de Janeiro contra os moradores e pequenos empreendedores de regiões onde estão acontecendo intervenções da Copa e das Olimpíadas. A Prefeitura cassou o alvará de funcionamento de comércio antigo da noite para o dia, sem direito a indenização. Declarou que na qualidade de representante de uma entidade nacional que está à frente das discussões com referência a micro e pequena empresa, gostaria de participar do debate relacionado à proposta de portaria apresentada pela secretária Inês Magalhães. Lembrou ao secretário Roberto Muniz que havia solicitado uma intervenção junto à prefeitura do Rio e sua assessoria daria uma resposta. A conselheira Maria Gorete Nogueira informou que trouxe na última reunião um dossiê das famílias de Fortaleza e não teve resposta. Colocou-se em dúvida a tempestividade da Portaria dos Deslocamentos Involuntários: sua proteção vem tarde demais diante da quantidade de remoções que já aconteceram. Também, é difícil acreditar que a ameaça de corte de recursos possa valer contra os desrespeitos à Portaria, frente aos prazos fatais dos jogos. Outra questão assinalada com vigor foi que os grandes empreendimentos estão atentando contra o Estatuto da Cidade, promovendo ampla apropriação privada dos investimentos públicos, por meio de flexibilizações dos parâmetros urbanísticos, que ocorrem sob o pretexto da urgência. Pela falta de espaço para debater, principalmente com prefeituras e estados, é indispensável a constituição de comitês locais com a participação da sociedade civil e dos três níveis de governo, além de audiências públicas, que permitam transparência e controle social. Foi cobrada ao representante da Secretaria-Geral uma posição sobre a audiência solicitada pelos movimentos populares à Presidenta Dilma Rousseff. Vários conselheiros apoiaram a ideia da realização de um Seminário pelo Conselho, a fim de aprofundar o debate dos megaeventos e do legado para a população. O Assessor Vlamir Martinez informou que foi aprovada a participação de um representante do Concidades no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, conforme compromisso assumido numa das mesas de negociação. Quanto à audiência com a Presidenta Dilma, ainda não foi possível compatibilizar com sua agenda. No segundo dia de reunião o Secretário Roberto Muniz abriu o debate propondo uma avaliação, a fim de melhorar os trabalhos no ano de 2012. Vários conselheiros lançaram suas considerações, no sentido do debate sobre o novo marco jurídico contemplar, também, as organizações do movimento social, e que o Ministério das Cidades, pelo tipo de programa que desenvolve, como Minha Casa Minha Vida Entidades, tem que assumir a liderança nesse debate. No que se refere à relação do Conselho das Cidades e Ministério há o problema de representação, em que as reuniões estão esvaziadas com a ausência progressiva de dois segmentos: do Governo Federal e dos Empresários. Essa ausência leva à reflexão de que estes segmentos não reconhecem mais este espaço como um espaço de negociação de grandes projetos. É preciso alguma ação de mobilização do Governo Federal e gestão sobre a presença dos segmentos. Reafirmaram que os Conselhos são vinculados ao Governo e isso revela o compromisso de que as decisões tomadas sejam efetivamente cumpridas. Disseram que é fundamental o Presidente e todos os Secretários estarem no Conselho, e a gestão do Ministro Olívio

Dutra foi lembrada como exemplar em termos de compromisso com a participação do Ministério no Concidades. Houve posições contrárias a respeito da atuação da Coordenação Executiva no estabelecimento da pauta, alegando que a discussão coletiva é mais eficiente para construir uma pauta estratégica em torno dos temas que efetivamente importam para as cidades. De outro lado, existe a posição de que a Coordenação Executiva é um modelo eficiente, que ao incluir representantes de todos os segmentos democratizou o debate da pauta e sempre remete seus encaminhamentos para o Plenário. Observou-se que a participação das entidades da sociedade civil sem fins lucrativos na implementação de políticas públicas não é nenhuma inovação e está prevista nos marcos legais. Elas não visam lucro e chegam aonde ninguém chega, lugares que não têm interesse para investimentos do capital. A autogestão precisa ser defendida, porque seus processos mudam a lógica da produção, uma produção não capitalista que não visa lucro, e sim capacitar os atores e fortalecer a economia local. A avalanche de denúncias na mídia e a criminalização das entidades da sociedade civil têm como pano de fundo a intenção de impedir a continuidade do atual modelo de desenvolvimento em curso no país, amplamente aprovado pelo povo brasileiro. Uma perspectiva do enfraquecimento do Conselho é ele estar vinculado ao enfraquecimento do próprio Ministério, desde que foram lançados os grandes programas de desenvolvimento. O Governo tirou a agenda estratégica do Ministério, passando para a alçada da Casa Civil e do Ministério do Planejamento. Chegou à situação de as informações do PAC da Copa serem sonegadas ao Comitê Técnico de Mobilidade. O Conselho das Cidades foi um local privilegiado de interlocução no momento em que era necessária a construção de políticas; isso já ocorreu; agora as políticas já estão definidas, mas os projetos relacionados a essas políticas não estão sendo discutidos no Conselho, como as políticas foram. O momento atual é de discutir questões mais concretas, como os projetos da Copa. Outra questão é pactuar como medida estratégica de deliberação do Conselho, a negociação com o Governo para viabilização da proposta do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano para ser apresentada no início do próximo ano. O Secretário Roberto Muniz colocou questões como a situação do Ministro e do Ministério. Explicou que várias acusações ao Ministro partem de mal-entendidos e briga interna do partido. A imprensa foi municiada com notícias que criaram escândalos. Quanto ao funcionamento do Conselho, informou que já participou de muitos conselhos e concorda que o Ministro tem que estar presente, mas o próprio regimento permite que o ministro delegue. Mais importante do que isto é o poder de decisão de quem o substitui. O Secretário relativizou a questão do esvaziamento do Ministério, lembrando que o modelo de governança do Governo Dilma é a continuidade do Governo Lula e que o Ministério das Cidades não perdeu autonomia. O que aconteceu é que o modelo de governança em vez de colocar que o debate seja feito só dentro do ministério, é feito também no grupo gestor do PAC, e não há problema em debater com o Ministério do Planejamento. Assim, criou-se o conceito de que as seleções não são feitas em cada ministério, mas de acordo com o calendário governamental. A seguir, observou que o Conselho deve realizar um planejamento estratégico em 2012, para ter pontos de controle, como têm as grandes empresas e as organizações sociais. Ao final de sua fala, observou que, embora existam mais de mil organizações sociais regulares, é preciso que haja um controle para que não atuem pessoas que usam de forma errada os recursos públicos. Sugeriu que o Conselho criasse um grupo de trabalho para debater sobre como enfrentar possíveis irregularidades. Vários conselheiros comentaram a fala do Secretário-Executivo, tirando alguns encaminhamentos. Solicitou-se que a Secretaria-Geral da Presidência, embora não faça parte do Conselho, seja convidada, a partir de agora a estar presente, porque é sua

atribuição incentivar a gestão democrática. Foi feita a sugestão de uma agenda estratégica para 2012, de aproveitar o fluxo do processo de aprovação do Projeto de Lei do Sistema, que vai passar por uma interlocução com a Casa Civil antes de ir para o Congresso. Seria um passo para construir uma relação institucional do Conselho com essa esfera de governança. Admitiu-se que talvez a presença do Ministro seja dispensável em tempo integral nas reuniões, mas não no dia da plenária final, quando as questões importantes são fechadas e deliberadas. Outro ponto lembrado foi a necessidade de medidas para resolver problemas, como não ter data para o encaminhamento da ata e para a publicação das resoluções. Se for necessário um planejamento estratégico do Conselho, que a Coordenação Executiva possa diante de todas as questões que foram colocadas fazer uma sugestão metodológica, adequada com um mecanismo de planejamento participativo, para discutir orçamento, definir responsabilidades e, inclusive, se vai haver revisão do Regimento. Esta questão foi considerada delicada, porque existe um acúmulo histórico já produzido e não pode haver o risco de reiniciar o processo, porque são questões pontuais que precisam ser discutidas. No terceiro dia da Reunião, a Secretária Inês Magalhães instalou uma Reunião Extraordinária com o objetivo de deliberar a alteração de um ponto do Regimento. A conselheira Bartíria Lima expôs o objetivo da Reunião Extraordinária, aprovar a reorganização dos Grupos de Trabalho, dentro do Artigo 32 do Regimento Interno. Foi feita a leitura da proposta e a resolução foi aprovada com destaques (ver no anexo RESOLUÇÃO Nº 13). Encerrada a Reunião Extraordinária, reabriu-se a última seção da 31ª Reunião. A conselheira Bartíria Lima procedeu à votação para a data da 5ª Conferência Nacional das Cidades, no período de 20 a 24 de novembro de 2013, que foi aprovada pelo Plenário.

6. Relatos dos Comitês. O conselheiro Wagner Fajardo iniciou o relato do Comitê de Mobilidade Urbana, com o impasse no início dos trabalhos, porque o Secretário não compareceu e a ata havia sido extraviada. Um dos pontos discutidos na Reunião foi a Portaria dos Deslocamentos Involuntários, para a qual, o Comitê propôs contribuições, especialmente relacionadas com a garantia de mobilidade e acessibilidade nos reassentamentos. Deliberou-se, ainda que, em vista de a maior parte dos agentes poluentes serem produzidos pelo transporte individual, foi feito um indicativo para que a Secretaria de Mobilidade viabilize a participação de representantes do Comitê na Rio + 20 e na Cúpula dos Povos. O conselheiro Nazareno Stanislau prosseguiu relatando reunião de um grupo do Comitê com o DENATRAN, em que foi atendido na reivindicação de participar das câmaras temáticas de educação e engenharia daquele órgão, que tratam da questão da acessibilidade. O conselheiro Wagner Fajardo solicitou apoio para um abaixo-assinado que pede a revisão do Código de Trânsito, no email www.naofoiacidente.com.br. A seguir a Diretora do Departamento de Desenvolvimento Institucional da SNSA, Viviana Simon procedeu ao relato do Comitê Técnico de Saneamento, registrando que na última reunião deliberou-se que seria chamado o GT Interministerial, se em dez dias não houvesse a consulta pública. Isto não aconteceu porque a Casa Civil da Presidência da República acertou uma apresentação do Plano, e a Secretaria está aguardando este chamado. Após as discussões foi encaminhada uma proposta de resolução relativa à situação do PLANSAB na Casa Civil. Foi discutida a criação de um GT sobre a capacitação para a elaboração dos planos municipais. Comprometeu-se a mandar um e-mail para os membros do Comitê por causa de ajustes, que se tornaram necessários com a aprovação da resolução normativa recém-aprovada na Reunião Extraordinária. O conselheiro Marcos Landa solicitou que a Seconcid encaminhasse o número de funcionários do Ministério das Cidades, onde estão, e quais são. A partir desta análise poderiam propor ao Secretário a melhoria da estrutura do Conselho. A conselheira Bartíria Lima informou que

aguardava uma reunião com o relator da Lei de Orçamento Anual, a fim de que pudesse pleitear uma emenda ao orçamento para capacitação em controle social dos planos locais de saneamento. Passou-se ao relato do Comitê de Planejamento do Solo Urbano, pelo conselheiro André Queiróz, que informou a discussão da mudança do nome da Secretaria Nacional de Programas Urbanos. A Secretária Inês Magalhães passou ao relato do Comitê Técnico de Habitação, que debateu a Portaria de Deslocamentos Involuntários, destacando uma discussão sobre a adoção do termo “deslocamento” no título da portaria. Outro ponto de debate foi a previsão de uma cláusula com medidas compensatórias de recuperação da valorização imobiliária gerada pela intervenção. Afirmou que em sua opinião, esta questão extrapola o objetivo da Portaria. É um tema relevante, mas a dúvida é como uma Portaria, que trata do reassentamento poderia ter efetividade neste ponto. Outra solicitação importante foi a obrigatoriedade de quem propuser uma obra ou intervenção, contar com um grupo de resolução de conflitos que obedeça às diretrizes da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos.

7. Deliberação das Resoluções. A conselheira Bartíria Lima encaminhou a aprovação da data da próxima reunião do Conselho, propondo os dias 29 de fevereiro, 1 e 2 de março, que foi aprovada pelo Plenário. Em seguida, foi lida a 1ª proposta de resolução, referente ao edital de habilitação para entidades sem fins lucrativos. A resolução foi aprovada sem destaques. (ver no anexo RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 131). Foi lida a 2ª proposta de resolução, referente à reformulação do processamento das cobranças de multa. A resolução foi aprovada sem destaques. (ver no anexo RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 129). Foi lida a 3ª proposta de resolução, referente à consulta pública do PLANSAB. A resolução foi aprovada sem destaques. (ver no anexo RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 130). Foi lida a 4ª proposta de resolução, recomendando que a Secretaria-Geral da Presidência da República e a Casa Civil fizessem gestões junto ao Ministério das Cidades para garantir o funcionamento do Comitê Técnico de Mobilidade. O Secretário Substituto Idivar Pazzinato declarou que o Secretário Luis Carlos Bueno e ele repudiavam certas colocações da Resolução. Alguns conselheiros ficaram em dúvida, pois se fosse cumprido o Regimento do Conselho estaria acolhida a demanda da resolução, sem interferência de órgãos externos. O conselheiro Wagner Fajardo explicou que há um problema recorrente no Comitê desde a sua constituição, que piorou significativamente nos últimos tempos. Já foram aprovadas várias resoluções recomendando que o DENATRAN, CBTU e TRENSURB participassem das reuniões do Comitê mas nada aconteceu. O episódio da perda da ata da reunião anterior, só percebida ao começar a Reunião do Comitê, demonstrou o pouco caso da Secretaria. Neste sentido, solicitava que não houvesse punição à funcionária, porque se havia alguma irresponsabilidade, não era dela. A Secretária Inês Magalhães ponderou que não entendia por que incluir instâncias externas, se o Conselho reclamava, em outras circunstâncias, das interferências às políticas do Ministério. Apelou para que fosse feita uma reflexão sobre o teor das resoluções, para que pudessem ser vistas como viáveis. A Secretária Marta Morosini afirmou que encaminharia uma recomendação para todas as Secretarias, e mais especificamente para a de Mobilidade, a fim de que seus representantes cumpram os compromissos com o Conselho. O mesmo seria feito em relação à participação dos representantes do Governo Federal, por meio de uma comunicação por ofício. A conselheira Bartíria Lima anunciou o entendimento de suspender a resolução até a próxima reunião e o compromisso do Ministério sobre a solução do problema. Em relação à 5ª resolução, o Conselheiro André Queiróz relatou que está em discussão no Congresso Nacional a revisão do Código de Processo Civil e a proposta recomenda à Comissão Especial que faz a relatoria a adoção de emendas à questão possessória.

Assinalou-se que o prazo para recebimento das emendas pelo Congresso Nacional é muito curto, precisando urgência na tramitação do processo. Relatou-se, ainda, que a maior parte das propostas de emenda, com a exceção de um dispositivo, serão apresentadas pelo Poder Executivo como proposta ao relator da revisão. A resolução foi aprovada sem destaques. (ver no anexo RESOLUÇÃO RECOMENDADA N° 128). Depois disto, o Secretário Roberto Muniz encerrou a Reunião, desejando boas festas aos presentes.